RELATÓRIO INSTITUCIONAL

2018 / 2019

NOME DA ENTIDADE: CENTRO DE CULTURA PROFESSOR LUIZ FREIRE - CCLF
CNPJ: 10.400.661/0001-68
E-MAIL: cclf@cclf.org.br
ENDEREÇO: Rua 27 de Janeiro, nº 181/181-A - Carmo MUNICÍPIO/UF: Olinda / PE
CEP: 53020-020

SUMÁRIO

1. Apresentação
1.1 Objetivo geral da entidade
1.2 Objetivos da entidade / estatuto social
1.3 Visão
1.4 Missão
1.5 Campos de atuação
1.6 Público e parceiros
2. Atividades
2.1 Comunicação Institucional
2.1.1 Site e Redes Sociais
2.1.2 Assessoria de Imprensa
2.1.3 Incidência Política e Parcerias Institucionais
2.1.4 Formação
2.2 TV VIVA
2.2.1 Produção/Realização
2.2.3 Acervo
2.3 Programas e Projetos
2.3.1 Programa Direito à Leitura
2.3.2 Projeto Educação Escolar de Meninas Quilombolas de Mirandiba
2.3.3 Projeto Ciranda – Cidade para a Primeira Infância
3. Participação do CCLF em eventos internos e externos
4. Desenvolvimento Institucional
4.1 Mobilização de Recursos / Parcerias
5. Considerações Finais

1. APRESENTAÇÃO

O Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) é uma organização não governamental de direitos humanos, que surge em 1972, a partir de um grupo que buscava a restauração da democracia, por meio de atividades culturais e projetos de desenvolvimento comunitário, durante o período autoritário da ditadura militar brasileira. O CCLF participou do processo de redemocratização e também contribuiu para o movimento de reordenamento político-institucional do País, e no fortalecimento das organizações populares e comunitárias. Atualmente, a maioria das ações do CCLF volta-se para a defesa e promoção dos DhESCs (direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais) em sua universalidade, indivisibilidade e interdependência, com foco nos Direitos à Educação; à Comunicação; e à Participação Social e Política; tratando-se transversalmente as questões de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e das pessoas com deficiência. O quadro da diretoria da instituição é formado por profissionais atuantes na defesa dos direitos humanos e da democracia, hoje composto por um Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal, além de um corpo executivo das áreas meio e programáticas.

1.1 OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:

Desenvolver e fortalecer práticas democráticas com incidência nas políticas e na gestão pública que efetivem direitos humanos – com foco na comunicação, educação e cultura – e contribuam para a promoção de uma cultura democrática na sociedade, a partir da crítica à desigualdade social em suas dimensões de gênero, orientação sexual, raça e etnia, geração e das diferenças físicas e mentais; e da afirmação do desenvolvimento como direito de comunidades urbanas e rurais – prioritariamente, povos indígenas e comunidades quilombolas.

1.2 OBJETIVOS DA ENTIDADE / ESTATUTO SOCIAL:

I) Produzir conhecimentos, realizar pesquisas e promover debates destinados a subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que efetivem Direitos Humanos;

II) Monitorar a gestão pública e as políticas públicas enquanto efetivação dos Direitos Humanos;

III) Combater práticas clientelistas, autoritárias, excludentes e corruptas no âmbito do público e do privado;

IV) Promover ações judiciais ou extrajudiciais que visem impedir ou anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e aos direitos da cidadania;

V) Desenvolver atividades de formação de educadores(as) que atuam nas organizações populares e no sistema público de ensino, bem como de formação profissional;

VI) Promover o direito humano à comunicação e à cultura, através da formação e mobilização de sujeitos, do diálogo com o poder público e da produção e divulgação de conhecimentos, por meios próprios e outros veículos de comunicação;

VII) Fortalecer a organização autônoma e a intervenção qualificada de atores individuais e coletivos, que concorram para a democratização da gestão pública e o desenvolvimento local;

VIII) Proporcionar apoio técnico e financeiro a experiências comunitárias de educação, comunicação, cultura e assistência social;

IX) Manter relações de intercâmbio, solidariedade e cooperação com organizações congêneres e firmar convênios e contratos de parceria com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, de direito público ou privado, visando a concretização dos objetivos sociais.

1.3 VISÃO:

"A crença num modelo de Sociedade que venha alterar a realidade de pobreza, exclusão social, desigualdade, preconceito e discriminação, modelo este construído sob o auspício da participação coletiva e ativa dos diversos sujeitos sociais, em que a pluralidade cultural, étnica, geracional, de gênero e de orientação sexual seja valorizada e aceita como determinante na construção da democracia".

1.4 MISSÃO:

"Contribuir para a radicalização da democracia na Sociedade, promovendo a expansão, qualificação e consolidação da participação cidadã e da prática dos Direitos Humanos, vivenciados como um processo educativo e cultural".

1.5 CAMPOS DE ATUAÇÃO

Educação, Comunicação, Cultura e Democratização da Gestão Pública são os campos de atuação do CCLF hoje. Desenvolvidos a partir de eixos amplos e interdependentes: formulação e monitoramento de políticas públicas; articulação e cooperação, formação, produção e disseminação de informações e de conhecimentos e desenvolvimento institucional. O CCLF também promove a mobilização de diversos sujeitos (individuais e coletivos) para realização de atividades educativas e culturais na cidade de Olinda. Todas as atividades institucionais têm como perspectiva contribuir para a efetivação dos Direitos Humanos.

1.6 PÚBLICOS E PARCEIROS

Os públicos do CCLF são os/as excluídos/as do efetivo acesso a direitos que garantem a cidadania; os grupos politicamente organizados e as entidades da sociedade civil; o Estado; e a sociedade em geral. Os/as parceiros/as são todos/as aqueles/as que compartilham com a ideia de centralidade da democracia e da sua radical incompatibilidade com os processos de exclusão.

2. ATIVIDADES:

2.1 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1.1 SITE E REDES SOCIAIS

Em 2019, o CCLF fez uma reformulação nas redes sociais, voltando seu olhar para a divulgação de trabalhos institucionais e criando uma linha editorial que seja relevante, tanto na perspectiva da autopromoção dos trabalhos do Centro de Cultura Luiz Freire, como de parceiros nas pautas de direitos humanos.

A rede social que ganhou mais destaque no ano de 2019 foi o Instagram, ano em que alcançamos a marca de quase 2 mil seguidores. Além disso, apesar do CCLF ser sediado em Olinda, cerca de 62% do seu público do Instagram reside no Recife. De forma geral, o público é em sua maioria mulheres entre 25 e 34 anos. A página do CCLF na plataforma teve mais de 5.500 curtidas ao longo do ano.

Atualmente, no Instagram contamos com cerca de 1000 seguidores. Na plataforma, o CCLF concentrou-se em divulgar as matérias e artigos que entravam no site, além de dar visibilidade para pautas de relevância dentro da temática dos direitos humanos.

Hoje, nossa fanpage conta com mais de 6.300 seguidores, com algumas publicações engajando mais de 1600 seguidores orgânicos, uma vez que não investimos recursos financeiros no patrocínio das postagens, visando um maior alcance de público.

No site, procurou-se fazer um trabalho voltado para a divulgação dos nossos trabalhos. Dessa forma, as notícias produzidas estavam relacionadas aos projetos da instituição, como também à participação dos integrantes do CCLF em eventos de parceiros. Além disso, visando dar espaço a outras vozes e ajudar na construção de uma mídia mais plural, abrimos o blog OmbudsPE para a participação da sociedade civil, que contribuem com textos e produções diversas.

Buscando maior engajamento dos usuários e mais visibilidade de nosso acervo fotográfico, realizamos campanha nas redes sociais com cards (cartões digitais) marcando datas relevantes para os direitos humanos, e também, durante todo o mês de novembro, visibilizamos perfis de defensores de direitos humanos, gerando a oportunidade de que um público maior possa conhecer quem foram e quem são essas pessoas e que papéis desempenharam nessa temática em Pernambuco, no Nordeste e no Brasil.

2.1.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA

Enquanto estratégia de assessoria de imprensa, em 2019 fizemos um mailing (lista de contatos) de imprensa, com contatos atualizados de jornalistas e veículos que atuam na cobertura das temáticas de nosso interesse, tanto localmente quanto nacionalmente.

Dessa forma, passamos a incidir mais diretamente nossas pautas para as mídias específicas, concentrando esforços para a abordagem de anúncio positivo das mesmas, focando em entrevistas com nossos bancos de fontes para programas de rádio e TV públicas (Rádio Frei Caneca, TVPE, Rádio Paulo Freire, TVU) e também incentivando os especialistas da casa a produzirem conteúdos exclusivos e autorais, como artigos de opinião, para jornais (Vanguarda, Brasil de Fato) e sites. Implementamos, também neste ano, a clipagem/clipping de mídia (ver abaixo), em que reunimos todos os destaques de imprensa - nacional, estadual e local - em que o CCLF (e seus projetos) foram protagonistas da ação, ao longo dos anos 2018 e 2019. Vale ressaltar, assim, que ficaram de fora várias outras matérias em que o CCLF apenas era citado como local para receber eventos/saída de blocos (o que contabilizaria ainda um número maior de inserções na mídia). Além disso, são todas inserções positivas - anúncio de projetos e incidência nas nossas áreas de atuação -, mostrando como é importante o trabalho de assessoria de imprensa focado na mídia de interesse/parceiras.

Destacamos, ainda, que ficaram de fora deste material as entrevistas que Cida Fernandez fez na Rádio Paulo Freire, sobre bibliotecas públicas e comunitárias, em setembro, e que Rogério Barata deu à Rádio Frei Caneca, em julho, sobre o projeto de educação quilombola. Os mesmos só foram retransmitidos ao vivo pelo Facebook e, assim, não tivemos como salvar os links nesses arquivos.

• CLIPAGEM/CLIPPING DE MÍDIA 2019

- Avon Investe no Fundo Malala | 02. 07.2019
https://www.istoedinheiro.com.br/avon-investe-no-fundo-malala/

- I Encontro Estadual de Direito à Comunicação discute resistência | 01.10.19
https://folhape.com.br/politica/politica/encontro/2019/10/01/BLG,12565,7,1510,POLITICA,2419-I-ENCONTRO-ESTADUAL-DIREITO-COMUNICACAO-DISCUTE-RESISTENCIA.aspx

- Mais de 80% das bibliotecas comunitárias estão em áreas de vulnerabilidade social | 27.04.19
https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/brasil/2019/04/27/NWS,103216,70,450,NOTICIAS,2190-MAIS-DAS-BIBLIOTECAS-COMUNITARIAS-ESTAO-AREAS-VULNERABILIDADE-SOCIAL.aspx

- Fundo Malala apoia meninas quilombolas em Pernambuco | 11.08.19
https://noticias.r7.com/educacao/fundo-malala-apoia-meninas-quilombolas-em-pernambuco-11082019

- A defesa da comunicação como direito humano no Observatório de Mídia da UFPE | 08.08.19
https://www.brasildefato.com.br/2019/08/08/artigo-or-a-defesa-da-comunicacao-como-direito-humano-no-observatorio-de-midia-da-ufpe/

- Fenelivro abordará sustentabilidade | 28.10.19
https://www.folhape.com.br/diversao/diversao/literatura/2019/10/28/NWS,120893,71,585,DIVERSAO,2330-FENELIVRO-ABORDARA-SUSTENTABILIDADE.aspx

- Como são as bibliotecas comunitárias no Brasil? | 11.01.19
http://setor3.com.br/como-sao-as-bibliotecas-comunitarias-no-brasil/

- Radicalizar é democratizar a manutenção de Conselhos, mas precisamos ir além | 14.08.19
https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/artigo-or-radicalizar-e-democratizar-a-manutencao-de-conselhos-mas-precisamos-ir-alem/

-Mobilização em prol do novo Fundeb | 27.11.19
https://mirimbrasil.org.br/2019/11/27/mobilizacao-em-prol-do-novo-fundeb/

- Audiência Pública: O novo Fundeb e a educação escolar indígena, quilombola e em territórios de vulnerabilidade social | 22.09.19
http://www.acaoeducativa.org.br/blog/2019/11/22/o-novo-fundeb-e-a-educacao-escolar-indigena-quilombola-e-em-territorios-de-vulnerabilidade-social/

- Audiência sobre novo Fundeb | 22.11.19
https://www.instagram.com/p/B5LKFjanshg/

- Educação, Meio Ambiente e Indígenas e Quilombolas | 12.19
https://open.spotify.com/episode/5uusPZNt29q0BpUu5k8DGR?si=jhHaVaJ5RsqRzozIF_d9Zg

- Meninas indígenas e quilombolas lutam pelo financiamento da educação no Congresso Nacional do Brasil | 01.01.20
https://assembly.malala.org/stories/girls-speak-out-at-brazilian-congress-portuguese

- Comunidades quilombolas de Mirandiba se reúnem para definir diretrizes para a educação | 15.05.19
http://www.mppe.mp.br/mppe/comunicacao/noticias/10980-comunidades-quilombolas-de-mirandiba-se-reunem-para-definir-diretrizes-para-a-educacao

- Educação Quilombola é tema da Revista BdF PE | 02.07.19
https://www.brasildefato.com.br/2019/07/02/educacao-quilombola-e-tema-do-revista-bdf-pe-020719/

2.1.3 INCIDÊNCIA POLÍTICA E PARCERIAS INSTITUCIONAIS

O CCLF é uma das referências regionais na mobilização pelo direito à comunicação, incidindo por mais diversidade, mais transparência e mais eficácia nas políticas públicas.

No campo da incidência política, atuamos junto ao Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom) nas reuniões mensais e também na articulação do II Encontro Estadual de Direito à Comunicação, realizado em outubro último e sediado, inclusive, no próprio CCLF. Também participamos do GT da Rádio Frei Caneca, que visa à estruturação da mesma, incidindo no campo da comunicação pública. Também continuamos a contribuir com o ObMídia, da UFPE, com seus estudos e análises, junto a outras organizações como Marco Zero Conteúdo, Centro das Mulheres do Cabo (CMC), Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), Auçuba, Gestos, Coletivo Intervozes e Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco. Mais recentemente, passamos a integrar o "Comitê Deliberativo de Comunicação e Direitos Humanos", ligado à Promotoria de Defesa da Cidadania do Ministério Público de Pernambuco. Assim, participamos de ciclos de palestras e debates, seminários, formação de professores e estudantes de comunicação, além de audiências públicas, discutindo, refletindo e deliberando sobre ética e violação de direitos humanos na mídia. Vale ressaltar que a participação em atividades junto ao MPPE já acontecia anteriormente. O próprio Comitê, instituído em 2019, é fruto do Projeto Outras Palavras, da sociedade civil organizada, projeto no qual o CCLF foi um dos grandes protagonistas, a partir de 2005.

Também em novembro, participamos, a convite do Coletivo Intervozes, de mesa no evento INComunicação, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Na ocasião, contribuímos com uma fala sobre a democratização da comunicação no Estado de Pernambuco.

2.1.4 FORMAÇÃO

No campo da formação, atuamos pela primeira vez com o Programa de Estágio Supervisionado Obrigatório em Jornalismo. A partir de reuniões com a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e com a Faculdade Integrada Barros Melo (Aeso), contamos com o apoio das instituições para divulgar o processo seletivo e realizar, posteriormente, o termo de parceira com a universidade, de forma a contribuir para a formação deste aluno/estagiário. Vale ressaltar que já há cinco anos o CCLF conta com estagiário em Jornalismo. No entanto, a escassez de recursos para uma bolsa-estágio demonstrou a necessidade de se repensar os termos de contratação. A proposta de um estágio obrigatório supervisionado não-remunerado foi estudado pela instituição, a partir da experiência já realizada e bem-sucedida com o Programa de Direito à Leitura e decidida, pelo coletivo, como solução viável diante da redução da equipe de comunicação para apenas uma pessoa e da necessidade de ampliação de recursos humanos para dar conta das demandas de trabalho.

A experiência resultou na contratação de uma estagiária, via Instituto Evaldo Lodi (IEL), garantindo, à mesma, seguro de vida, bolsa-transporte e todos os direitos e deveres previstos na legislação trabalhista específica para estágio. Vale ressaltar que a experiência de estágio em Jornalismo no Centro de Cultura Luiz Freire oportuniza ao/à estudante a possibilidade de desenvolver práticas e estudos nas áreas de comunicação institucional em organizações não-governamentais (cujas oportunidades de estágio são, ainda hoje, escassas) e, ainda, uma primeira introdução ao campo da comunicação para mobilização de direitos e incidência política.

Além disso, atuamos, enquanto formação, com oficinas de Mídia, Gênero e Raça, a convite da Rede de Mulheres Negras, em julho, e de Comunicação Antirracista durante o II Encontro Estadual de Direito à Comunicação, realizado pelo Fopecom, no CCLF, em outubro último.

2.2 TV VIVA

Ao longo dos dois últimos anos 2018/2019, a TV Viva desenvolveu atividades de produção e realização de videodocumentários, com antigos e novos parceiros, além da cessão de material do seu acervo audiovisual para diversas produções. Assim como, também foram continuadas neste ano de 2019, como segue:

2.2.1 PRODUÇÃO/REALIZAÇÃO

- **Jornal da Maré (série de programas para Tv) – Coletivo Caranguejo-Uçá – 2018/19**
- **Projeto Ciranda (série de vídeos para a campanha: Cidade para a 1ª infância) - 2018**
- **Nas trilhas da Democracia (programa de entrevistas para TVPE e Tv 247) - 2018/19**
- **IX e X Marchas das Mulheres pela Vida e pela Agroecologia-Paraíba - 2018/19**
- **2ª Marcha da Juventude pela Agroecologia – Paraíba - 2019**
- **Vídeos institucionais para a campanha: Etapas 35 Anos-2018**
- **Fundação Malala (vídeos para o projeto) - 2019**
- **Vídeo Documentário para a produtora Lia Menezes, sobre método desenvolvido pelo Mestre rabequeiro Luiz Paixão - 2019**

2.2.3 ACERVO

- Material para filmes e exposições sobre o artista **Alceu Valença** -2018/19
https://www.youtube.com/watch?v=sFCZlFhHOjo

- Material sobre o **Movimento Mangue Bit** para Longa metragem de Jura Capela – 2019
https://www.youtube.com/watch?v=8HhjlbSwjf4

- Material para o **Canal Som na Rural** (Canal nas redes sociais) – 2019
https://www.youtube.com/watch?v=vW8xjwgf0HU

-Material para a **Exposição: Arte Veículo** – Sesc São Paulo- 2018 e Sesc Santos - 2019
https://www.youtube.com/watch?v=W8DuQ0o2iH8

2.3 PROGRAMAS E PROJETOS

2.3.1 PROGRAMA DIREITO À LEITURA

Produção de conhecimentos

Em 2019, foi concluída a publicação do livro Brasil que lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores, como resultado da pesquisa sobre o impacto das bibliotecas na formação de leitores, realizada entre os anos de 2016 e 2018. Participaram da pesquisa 143 bibliotecas em 45 municípios, distribuídos por 15 estados e Distrito Federal, nas cinco regiões do País..

O projeto foi elaborado e realizado com a co-coordenação da equipe da Biblioteca Solar de Ler, do Centro de Cultura Luiz Freire; Centro de Estudos em Educação e Linguagem da UFPE e Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas do Brasil, da Unirio. O núcleo central da pesquisa contou com duas professoras doutoras, uma bibliotecária e especialista em Biblioteca Comunitária, da equipe do Centro de Cultura Luiz Freire, além de três pesquisadoras ligadas às universidades envolvidas no projeto.

Para o trabalho de campo, foram preparados 23 pesquisadores e pesquisadoras selecionados nas bibliotecas comunitárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, uma articulação nacional que reúne atualmente cerca de 115 bibliotecas espalhadas por todo o País.

Os resultados da pesquisa foram divulgados durante todo o ano de 2018 de norte a sul do País, saindo em dezenas de periódicos de circulação local e nacional, em jornais televisionados e nas rádios.

Em 2019, o livro foi lançado nos formatos impresso e e-book em todos os territórios onde a RNBC está presente, em grandes e pequenos eventos locais produzidos quase sempre em parceria com as universidades, conselhos e associações de bibliotecários: Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), São Luiz (MA), Belém (PA), Porto Alegre (RS), Recife (PE).

Além dos eventos de lançamento do livro, a coordenação do programa participou das seguintes atividades integradas ao lançamento para discutir estratégias de democratização do direito à leitura, como direito humano: participação em duas mesas na 65ª. Feira Internacional do Livro de Porto Alegre e na VI Feira de Leitura do Centro de Educação da UFPE e participação em uma mesa no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, com apresentação da pesquisa, com destaque para o movimento comunitário que defende a leitura como um direito.

Estas ações envolveram diretamente cerca de 500 pessoas, de ambos os sexos e de diferentes orientações sexuais, a maioria de negros/as, representando bem a composição da sociedade brasileira, e cerca de 70% do público envolvido com as universidades.

Além disso, o livro foi distribuído para todos os conselhos regionais de biblioteconomia e para o conselho federal, onde a RNBC faz a incidência para o reconhecimento da tipificação das bibliotecas comunitárias como parte complementar da política de democratização da leitura e da informação como um direito humano.

BIBLIOTECA SOLAR DE LER

PROGRAMA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A partir do convênio do Centro de Cultura Luiz Freire com a Universidade Federal de Pernambuco, a Biblioteca Solar de Ler estruturou um programa de estágio supervisionado pela coordenadora do Programa Direito à Leitura, oferecido a estudantes que estão finalizando a sua graduação. O objetivo do programa de estágio é oferecer para os/as estudantes uma formação em literatura como direito humano, organização de acervos literários a partir de uma metodologia desenvolvida para estimular a formação de leitores; mediação cultural e literária, relacionamento com comunidades populares e periféricas para identificar e ofertar informações e acesso ao livro – que são aspectos pouco abordados no curso de graduação. Como resultado, os/as estudantes aprendem a catalogar, classificar e organizar fisicamente o acervo, além de dar um suporte para todas as demais atividades desenvolvidas na biblioteca.

Em 2019, foram realizados dois estágios, um no primeiro semestre e outro no segundo semestre, as duas estudantes eram do sexo feminino, com idades entre 20 e 22 anos.

PROCESSOS TÉCNICOS

-Catalogação – procedimento de descrição física e criação de catálogos das obras existentes no acervo. A Biblioteca Solar de Ler iniciou o processo de automação da catalogação utilizando o software livre Biblivre.

Em 2019 foram catalogados **228 livros** de literatura de ficção e poesia para crianças, jovens e adultos.

-Classificação – procedimento de identificação das classes do acervo que é estruturado em três níveis: público, gênero e origem territorial. Esta classificação permite aos usuários, sem o auxilio de um computador, identificarem diretamente nas estantes as obras que desejarem ler, pela identificação do tipo de acervo, autor, titulo e gênero literário. A classificação é priorizada em relação à catalogação, por ser ela que possibilita o acesso imediato às obras.

Em 2019 foram classificados **479** de literatura de ficção e poesia para adultos e **213** de literatura de ficção e poesia infantil e juvenil;

-Usuários cadastrados – o procedimento de cadastros de usuários no sistema de automação teve início em 2019. Foram cadastrados **52 usuários.**

ATENDIMENTO ÀS LEITORAS E LEITORES

- Empréstimos de livros – de março a dezembro: **125**
- Total de livros consultados na biblioteca – de março a dezembro: **223**
- Total de visitantes – **265**

ATIVIDADES CULTURAIS

- **LiterArte:**

Temática: Julho das Pretas: Mulher Negra e Autonomia na Cultura.
Data: 19/07/2019
Palestrantes convidadas: Kemla Baptista e Karol Pacheco, para conversar sobre o tema, e um pocket show de Taí Couto e Dudu Pereira. É importante destacar que o pocket show foi uma articulação de um parceiro: o Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças, as artistas são alunas do grupo.
Público: 53 pessoas, a maioria jovens homens e mulheres.

- **Exposição Brincantes e Imaginar é preciso:**

Em parceria com a Instituição ADEPE Associação de Deficientes de Peixinhos. Com o objetivo de exaltar a cultura e artistas locais, além da abordagem sobre inclusão, diversidade e acesso de portadores de deficiências mentais.
Data: De 19 a 31/10/2019
Total de Público: 223, sendo 67 crianças e adolescentes entre 07 e 14 anos.
Total de Oficinas: 4 com tempo de duração entre 2h e 3h cada.

ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO DE LEITURA E ENRAIZAMENTO COMUNITÁRIO

- Atividades realizadas em parceria com a Instituição Centro de Assistência Social Sandra Morais, da comunidade da V-8 e Varadouro: Foram 11 encontros, onde foram realizadas atividades de mediação de leitura, contação de histórias, mostra de vídeo, oficinas temáticas e leitura na biblioteca, totalizando 33h de atividades. No total foram atendidas entre abril e outubro 170 crianças e adolescentes, com idades entre 06 e 15 anos de idade.

INCIDÊNCIA POLÍTICA

- **Articulação e organização política com mulheres da Região Metropolitana do Recife** para a participação no 8 de Março em Recife, com o Coletivo Feministas PE

- **Participação na Campanha Nacional pelo Direito à Educação**

Realização da Semana de Ação Mundial Pela Educação (SAM) com mulheres atendidas pelo Centro de Assistência Social Sandra Morais, da comunidade da V-8 e Varadouro. Total de participantes – 16 mulheres. Mobilização da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias para a adesão à Semana de Ação Mundial (SAM).

ATIVIDADES COM A RELEITURA - BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM REDE

- **Papo de Mulher**

Idealizada pela Biblioteca Solar de Ler, esta atividade tem o objetivo de fortalecer as mulheres em sua identidade de gênero e raça, foram realizados quatro encontros:
01 na Biblioteca da Creche Lar MeiMei em Bairro novo, com 18 mulheres;
03 na Biblioteca Amigos da Leitura no Alto José Bonifácio, com 20 mulheres.

- **Oficina de Escrevivências com Conceição Evaristo–** formação política e participação com a Releitura, realizada em 19/09/2019.

- **Participação no Encontro Nacional da Rede de Bibliotecas Comunitárias,** realizado em Fortaleza, CE, entre 10 a 14/09/2019.

2.3.2 PROJETO EDUCAÇÃO ESCOLAR DE MENINAS QUILOMBOLAS DE MIRANDIBA

O projeto, com duração de dois anos e iniciado em 2019, é desenvolvido em parceria com a Comissão Municipal de Articulação das Comunidades Quilombolas de Mirandiba, o Fundo Malala / Rede Gulmakai – instituição recém-parceira do Centro de Cultura Luiz Freire – na atuação em defesa do direito a uma educação escolar de qualidade, contextualizada, específica, diferenciada e intercultural das comunidades quilombolas.

O lócus do projeto é Mirandiba, cidade do sertão central de Pernambuco em que se encontram 15 quilombos em estágios diferenciados no processo de reconhecimento à titulação de suas terras.

Esta parceria fortalece o Centro de Cultura Luiz Freire em suas ações de advocacy pelo direito à educação escolar de qualidade na perspectiva das comunidades quilombolas, possibilitando identificar as barreiras de acesso à educação escolar enfrentadas pela população quilombola, sobretudo as adolescentes e jovens meninas, e pôr em prática estratégias de superação.

O projeto está estruturado em três frentes de ação: mobilização comunitária, que inicialmente envolve a realização de um diagnóstico participativo para levantamento de dados quantitativos, a escuta das meninas sobre os percalços em sua trajetória de vida escolar, e o diálogo com os mais velhos das comunidades; processos formativos, que visam fortalecer o direito à educação escolar quilombola na pauta de reivindicações das lideranças, e a formação de novas lideranças jovens meninas; e ações diretas de advocacy, que se traduzem em diálogos e parcerias com o poder público local, estadual, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União.

Uma das ações principais do projeto é a elaboração e institucionalização das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola de Mirandiba como lei municipal, cuja tarefa está em fase inicial com a constituição de um Grupo de Trabalho composto por lideranças quilombolas, técnicas da Secretaria Municipal de Educação e membros do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável..

Esta atividade envolve ação direta de advocacy com a construção de diálogo com o poder público local, do executivo e legislativo, e a construção de parceria com o Ministério Público, especialmente o seu GT Racismo, e o Defensor Público Regional de Direitos Humanos, da DPU – Defensoria Pública da União.

Estas frentes são desenvolvidas estrategicamente com ações estruturantes de comunicação, que vem produzindo conteúdos audiovisuais sobre a realidade dos quilombos. Os depoimentos e as reflexões da população quilombola em seus territórios vêm revelando as dificuldades, ora transversais, ora estruturais, que violam seu direito de acesso à educação escolar. A falta de água potável, de atendimento à Atenção Básica à Saúde, a precariedade das estradas, o fechamento das escolas nos territórios, a falta ou precariedade de transporte escolar, de alimentação, de materiais pedagógicos contextualizados, de um currículo escolar que valorize as histórias, a cultura e as tecnologias sociais como conteúdos de aprendizagem, são apenas alguns dados dessa realidade – que se repete em tantos outros quilombos do estado e do País.

É este contexto que tem justificado uma intervenção conjunta do Centro de Cultura Luiz Freire com o Fundo Malala e os órgãos que devem assegurar as iniciativas de formulação de leis e zelar pelo seu cumprimento para fortalecer que a luta das comunidades pelo seu direito à educação escolar.

Em outubro, um Encontrão de Meninas Quilombolas conectou cerca de 100 jovens de várias dessas comunidades no centro de Mirandiba.

Muitas não se conheciam, devido ao isolamento social e geográfico entre as comunidades. Foi a primeira oportunidade de debater, juntas, os problemas que assolam a questão da educação no município, como a evasão escolar e a falta de transporte público adequado para fazer a mobilidade entre o campo e a cidade: a maioria das escolas está no centro urbano e nos sítios, as que existem, funcionam de forma precária ou foram fechadas devido ao processo de nucleação. As rodas de diálogo, que fizeram parte desse encontro, subsidiaram um segundo momento em que duas dessas jovens puderam participar - junto a outras duas meninas indígenas da Bahia, numa ação também integrante da Rede Gulmakai, apoiada pelo Fundo Malala - de audiência pública em Brasília sobre o Fundeb (Fundo Nacional de Educação Básica), em novembro último.

A articulação nacional em defesa do Fundeb vem provocando diversos debates locais, estaduais e em nível nacional, pois sua desarticulação representa uma significativa perda de direitos na educação básica que atinge, principalmente, as populações mais vulneráveis, dentre elas, o recorte de gênero, a juventude negra e comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas. Na ocasião, Mazer Souza, educadora quilombola de Mirandiba, e participante do projeto, fez uma fala pública durante a audiência, em que citou a importância de se garantir uma escola de qualidade, em que se preze a identidade daquelas populações.

2.3.3 PROJETO CIRANDA – CIDADE PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

No ano de 2016, o CCLF juntamente com outras quatro instituições: ActionAid, Etapas, Mirim Brasil e Usina da Imaginação/Favela News, aprovou junto à Fundação Bernard Van Leer e OAK Foundation o Projeto Ciranda – Cidade para a Primeira Infância, que foi pensado com o intuito de articular ações e mobilização em diversos setores da sociedade para construção de uma cidade mais segura, saudável e acolhedora para a primeira infância no Recife e Olinda, em Pernambuco. Trabalhando com agentes locais, grupos comunitários e indivíduos, o Projeto Ciranda foi implementado de dezembro de 2016 a julho de 2019. Durante seu período de execução, atuou com o objetivo de criar um movimento em prol da primeira infância em Recife e Olinda a partir de uma ampla mobilização da sociedade civil, organizações, grupos informais, ativistas e famílias. Além disso, o projeto também teve o propósito de alcançar um engajamento entre autoridades locais e membros das comunidades no planejamento urbano da cidade e na prestação de serviços urbanos.

Com ações direcionadas nas comunidades do Canal do Arruda, Peixinhos, Rosa Selvagem e Ibura (Grande Recife), porém com o olhar voltado para a cidade como um todo, o Ciranda se constituiu sobre quatro principais pilares: pesquisa, campanha, formação e incidência.

Tinha como horizonte: a) melhoria na prestação de serviços voltados a crianças na primeira infância; b) aumento do nível de participação de pessoas das comunidades; e c) engajamento no planejamento urbano da cidade e prestação de serviços.Este horizonte se expressou nos objetivos do projeto:

1. Estabelecer e empoderar uma Rede Cidadã no Recife;
2. Desenvolver ferramentas de investigação e monitoramento do orçamento público;
3. Mobilizar os cidadãos/ãs em campanhas que promovessem mudanças e envolvessem as comunidades, governos e entidades parceiras;
4. Garantir a sustentabilidade da Rede Cidadã.

O CCLF atuou no projeto a partir das áreas de Comunicação, Educação via Bibliotecas Comunitárias e oficinas de Orçamento Público.

No Projeto Ciranda, Direitos da Primeira Infância são matéria de políticas públicas e os mesmos são debatidos nos contextos comunitários.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PROJETO

- **Mapeamento das áreas de melhoria urbana -** Primeira atividade realizada nas comunidades e teve como objetivo construir coletivamente mapas de problemas e soluções, identificando os recursos necessários para resolver os problemas e também priorizar ações, necessidades e responsabilidades dos diferentes intervenientes.

- **Pesquisa para estabelecimento da Linha de Base -** A Linha de Base teve como perspectiva identificar a situação inicial (ponto de partida) do projeto a partir do conhecimento da realidade das comunidades pelo olhar dos segmentos presentes nos territórios. Ao mesmo tempo, as informações geradas subsidiaram a construção de conteúdos para o monitoramento do projeto.

- **Oficinas e eventos –** Foram realizadas oficinas e eventos envolvendo as crianças, jovens e famílias das comunidades com o objetivo de sensibilizar e fortalecer o debate em torno da importância dos cuidados na primeira infância. Além das atividades previstas no projeto, as organizações desenvolvem um conjunto de ações nos territórios que não foram planejadas no projeto, mas contribuíram para criar vínculos e fortalecer as comunidades. Foram elas: a) Ciclo de formação em direitos humanos para crianças, adolescentes e famílias, com os temas: direitos humanos e literatura; direitos humanos, maternidade e paternidade; direitos das crianças e adolescentes; cidades seguras para mulheres. B) Oficinas de audiovisual e Cineclube; c) Oficinas de leitura, contação de história, jogos e brincadeiras populares; d) - Oficinas de saúde da mulher, relações raciais e diversidade;

- **Desenvolvimento de uma ferramenta de monitoramento do orçamento público prática e fácil de usar** – Esta atividade possibilitou uma introdução às questões que envolvem o monitoramento do orçamento governamental a ser investido em serviços públicos. Esta formação permitiu aos moradores/as minimamente rastrear o orçamento governamental a ser investido em serviços públicos, como educação, saúde, áreas verdes e de lazer, estradas comunitárias, atendimento infantil em Recife. Foram feitas pesquisas nos portais de transparência e visitas às secretarias municipais para identificar as prioridades orçamentárias dos gestores das políticas de direitos da Primeira Infância.

- **Incidência em prol de uma cidade segura, amigável e democrática –** Promoção de uma ampla mobilização da sociedade civil, organizações, grupos informais, ativistas e famílias para criar um movimento em prol da primeira infância no Recife foi o principal objetivo do Projeto Ciranda. Para isso, ações de incidência que se cruzaram e complementaram foram planejadas para acontecer do início ao final do projeto. Uma Frente em Defesa da Primeira Infância foi criada com membros das comunidades, coletivos e organizações da sociedade civil que uniram esforços para dialogar diretamente com gestores públicos em defesa de uma cidade segura e amigável para as crianças de 0 a 6 anos.
- **Realização de Campanha de Comunicação –** A campanha "Cidade para as Crianças. Nossas Ruas e o Mundo", coordenada pelo CCLF, foi construída coletivamente, com o envolvimento direto de 30 jovens das quatro comunidades atingidas pelo Projeto Ciranda. O objetivo foi tornar visível os direitos das crianças pequenas nas cidades e mobilizar as comunidades para abordar ativamente a sociedade e o poder público tendo o direito ao brincar como tema estruturante e articulador em torno dos demais direitos da primeira infância. Durante as atividades o foco foi pesquisar e identificar os temas que poderiam aproximar as comunidades e incentivar o diálogo; definir estratégias e ações para a campanha; e organizar uma série de atividades e oficinas de capacitação (técnicas e reflexivas) . Dessa forma, foram realizadas 06 rodas de criação onde foi trabalhado o alinhamento conceitual sobre o tema escolhido, a criação dos argumentos, ferramentas comunicacionais (design gráfico, rádio e vídeos) e produção das peças gráficas e de divulgação da campanha (cartazes, folders, spots de rádio e vídeos). A campanha foi lançada primeiramente nas comunidades e depois divulgada em outros espaços da cidade.
- **Criação e funcionamento de pontos de referência de cuidado nas comunidades (Pontos de CriaR) -** CriaR — Ponto de Referência de Cuidado para o Desenvolvimento da Primeira infância — tem como proposta fomentar ações comunitárias para o cuidado de crianças pequenas em favor do seu pleno desenvolvimento. Concebido por Shine a Light, em 2015, tornou-se uma das ações do Ciranda que implementou quatro pontos de CriaR: Cidade de Deus (CDD), Canal do Arruda, Ibura e Peixinhos. Objetiva promover e apoiar o desenvolvimento de crianças pequenas (0 a 6 anos) fortalecendo redes de apoio, investindo no desenvolvimento de crianças pequenas, facilitando formação de cuidadores e das crianças e estimulando melhorias em espaços de interação e cuidado para torná-los seguros e agradáveis às crianças de 0 a 06 anos de idade.

- **Criação e fortalecimento das Bibliotecas Comunitárias –** As Bibliotecas Comunitárias permitem que a comunidade tenha acesso gratuito a livros e outras fontes de informação e constituem um importante espaço para reunir mães, pais, crianças, cuidadores e educadores. O Projeto Ciranda facilitou o acesso ao livro e incentivou que adolescentes e adultos lessem para crianças pequenas não apenas pensando em bibliotecas tradicionais, mas em espaços de leitura mais acessíveis nas comunidades. O processo de implementação das bibliotecas caminhou junto com a instalação dos Pontos de Criar e são ações que se complementaram. Implantou espaço de Leitura no Ibura e no Canal do Arruda; na Cidade de Deus foi concebido como Gelotecas (geladeiras desativadas e equipadas com livros e brinquedos) e em Peixinhos, onde foi fortalecida a Biblioteca Multicultural do Nascedouro, que existe há 19 anos na comunidade, ampliando o acervo com livros para as crianças da primeira infância e também implantado um cantinho da Leitura no GCASC – Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças. Assim como o CriaR , a instalação das bibliotecas foi feita em diálogo com famílias e crianças, e com a participação ativa em atividades de formação, aquisição e preservação do acervo, e gestão dos espaços.

- **Criação, implementação e gestão de um Fundo de microprojetos – Fundo Ciranda -** O Fundo Ciranda foi destinado para apoiar ações pontuais e de curto prazo visando contribuir com a criação de soluções locais para os problemas enfrentados diariamente pelas comunidades na promoção de uma primeira infância saudável. Reconhecendo que um dos desafios para uma cidade amigável e segura para as crianças é a inclusão do olhar destas no processo de planejamento da cidade, um dos principais objetivos do Fundo é estimular esse diálogo com as crianças através do incentivo por meio de apoio financeiro, articulação e acompanhamento para ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento das crianças de 0 a seis anos.

- **Engajamento da mídia –** Um conjunto de ações de comunicação foram desenvolvidas com o objetivo de contribuir para alavancar as questões das crianças para o topo da agenda pública. Além do site e das redes sociais, a série "Caminhos da Primeira Infância", produzida pelo FavelaNews para o Projeto, retrata a rotina de famílias, cuidadoras/es e crianças pequenas nos arredores de Recife, e contribuiu para o fortalecimento das narrativas construídas pelo projeto, para a mudança positiva em seu relacionamento com crianças pequenas e da autoimagem dos moradores da periferia. As ações e atuação do Projeto também serviram de fonte para matéria de jornal e programa de rádio. As organizações participantes do projeto destacam como aprendizado a percepção de que a discussão sobre a importância da primeira infância faz com que os participantes consigam relacionar os cuidados das crianças com outras etapas da vida e com outros direitos, a exemplo dos direitos das gestantes em relação à saúde e à infraestrutura pública.

MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VOLTADOS PARA AS CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Inicialmente é importante destacar que a implementação e a qualidade dos serviços públicos são aspectos da vida urbana que não dependem apenas das pessoas envolvidas no projeto, as mudanças nas políticas públicas e nas práticas do Estado estão sujeitas a diferentes forças e atores, onde suas compreensões de como garantir determinados direitos podem divergir ou convergir.

A articulação política e o diálogo direto com representantes dos equipamentos, que compõem a malha de serviços públicos, foi uma estratégia utilizada pelas lideranças e que trouxe mudanças relevantes. Destacamos como exemplo, o caso de uma Unidade de Saúde da Família no Ibura que após os diálogos com as mães regularizou o horário de vacinação e as visitas dos agentes de saúde às famílias e fez a substituição de médico que atendia a comunidade.

A consolidação da Rede Cidadã e a criação do Fundo de Pequenos Projetos teve impacto positivo sobre este resultado, permitindo:

- Implementação e fortalecimento de 2 (duas) bibliotecas comunitárias;
- Estruturação de 2 (dois) espaços de leitura;
- Implementação de 4 (quatro) espaços comunitários de cuidados com a primeira infância – CriaR;
- Reforma de 03 (três) parquinhos comunitários;
- Qualificação do espaço de 01 (uma) associação comunitária para atender os direitos da primeira infância;
- A criação de 01 (uma) horta comunitária.

Foi possível observar, pelas avaliações, que a conquista de direitos através da incidência política e a construção de espaços adequados para as atividades de cuidados da primeira infância mobiliza e incentiva homens, mulheres, jovens e idosos na realização de serviços ou trabalhos comunitários voltados ao cuidado das crianças, estimulando positivamente a construção de soluções compartilhadas. Exemplo disso são as mais de 200 (duzentas) intervenções individuais realizadas nos espaços construídos e que de forma direta ou indireta acabam por garantir os direitos a uma cidade segura e a uma primeira infância sadia.

3. PARTICIPAÇÃO DO CCLF EM EVENTOS INTERNOS E EXTERNOS

NOVEMBRO:

- **Palestra na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap):**

Edinho Moraes, integrante da TV VIVA/CCLF, participou de uma conversa com os alunos do 6° de Jornalismo da Unicap. No evento, o comunicador falou sobre a história da TV Viva, seus objetivos e como ela tem caminhado ao longo desses 35 anos de trajetória.

- **Palestra na Universidade Federal de Sergipe:**

Mariana Reis, jornalista do CCLF, participou de debate sobre mídia e mobilização social, durante o Encontro INComunicação, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em Aracaju. Na ocasião, representou o CCLF e apresentou o cenário de PE sobre mídia e democratização da comunicação, junto a representantes de coletivos e grupos e pesquisadores de comunicação da UFS. A conversa foi mediada pelo Coletivo Intervozes e teve, na plateia, estudantes dos cursos de Jornalismo e Publicidade.

- **Roda de Conversa na Feira do Livro Porto Alegre:**

A coordenadora do Programa Direito à Leitura, Cida Fernandez, participou de uma roda de conversa na Feira do Livro de Porto Alegre. No evento, Cida apresentou palestra sobre o Programa de Direito à Leitura do CCLF. Além disso, a bibliotecária falou sobre a pesquisa realizada em parceria entre o CCLF, o Centro de Estudos em Educação e Linguagens e o Grupo de Pesquisa de Bibliotecas Públicas no Brasil.

- **I Encontro de Comunicação e Direitos Humanos:**

O encontro foi a primeira iniciativa do Comitê Deliberativo de Comunicação e Direitos Humanos, ligado à Promotoria de Defesa da Cidadania do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e composto por organizações da sociedade civil e universidades. O evento foi acolhido pela UniNassau e contou com a participação de professores, estudantes e profissionais.

OUTUBRO:

- **Exposição Brincantes – Imaginar é Preciso:**

A exposição, sediada na Biblioteca Solar de Ler, do CCLF, comemorou os 40 anos da Associação de Deficientes de Pernambuco (Adepe), e contou tanto com as obras do artista plástico Jorge Cajueiro quanto das/dos jovens atendidos pela Associação, produzidos a partir de oficinas realizadas ao longo do ano pelo arte-educador. No dia da inauguração, houve apresentação cultural da cantora Daiana Rhister e da Sociedade dos Poetas Vivos.

- **II Encontro Estadual de Direito à Comunicação:**

O CCLF participou da organização e também sediou o II Encontro Estadual de Direito à Comunicação do Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom). O evento contou com três momentos. Pela manhã, os participantes realizaram rodas de diálogo sobre a experiência de coletivos e de movimentos. À tarde, ocorreram oficinas sobre a temática de Direitos Humanos e Comunicação, entre elas a de comunicação antirracista, que foi mediada pelo CCLF e pelo Coletivo Afronte. O evento foi finalizado à noite com o lançamento de diversas publicações e com o Coco de Umbigada de Mãe Beth de Oxum na Guadalupe.

- **Oficinas em Comemoração ao Dia das Crianças:**

Durante todo o mês de outubro, a Biblioteca Solar de Ler realizou oficinas lúdicas para crianças de escolas públicas do município. Entre as atividades, foram realizadas: colagem, pintura, fantoche. A ação foi uma parceria entre o CCLF, o Centro de Assistência Social Sandra Morais (CASSM) e a Associação dos Deficientes de Peixinhos (ADEPE).

- **Arte do Barro com Mestre Nado:**

O Centro de Cultura Luiz Freire recebeu quatro oficinas de barro com o Patrimônio Vivo pernambucano, Mestre Nado ao longo ano, em que ele repassava seus ensinamentos para alunos de escolhas públicas e particulares da RMR. Além disso, as oficinas permitiram aos jovens saber mais sobre as ocarinas, instrumento musical criado pelo mestre através do barro.

SETEMBRO:

- **Oficina Mídia, Gênero e Raça:**

Em julho, marcando a agenda pelo Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, data lembrada no dia 25 de Julho, o CCLF facilitou a "Oficina Mídia, Gênero e Raça: Com quem podemos contar?". O evento foi uma parceria entre o Centro de Cultura Luiz Freire e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, e possibilitou troca de aprendizagens e formação de cerca de 30 mulheres na faixa etária entre 20 e 50 anos de idade.

- **Reunião sobre o Plano Nacional de Educação (PNE):**

A Biblioteca Solar de Ler, do CCLF, realizou, em parceria com o Centro de Assistência Social Sandra Morais uma roda de diálogo sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). A atividade integrou a Semana da Ação Mundial (SAM).

JULHO:

- **Seminário (Des)caminhos da Democracia e dos Direitos Humanos no Brasil:**

O evento, realizado com o Gabinete das Co-Deputadas Juntas, ocorreu no dia 27 de setembro no Auditório Sérgio Guerra, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) e foi uma articulação voltada para as comemorações do aniversário de 47 anos do Centro de Cultura Luiz Freire. O seminário possibilitou a discussão do atual cenário da política brasileira, além da troca de experiências com os convidados Silvia Camurça (SOS Corpo), Andréa Trigueiro (Sindicato de Jornalistas de Pernambuco – Sinjope), Adalmir José (Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC), Fanscisca Kambiwá (Comissão de Povos Indígenas de Pernambuco – COPIPE), Avanildo Duque (Campanha Nacional pela Educação) e Jayme Benvenuto (UFPE). O evento também marcou o lançamento do livro "Existir e Resistir: 45 anos de luta para radicalização da democracia", que conta parte da trajetória do Centro.

ABRIL:

- **Fashion Revolution:**

O Centro de Cultura Luiz Freire cedeu o espaço para o Fashion Revolution, um momento de troca com rodas de diálogo, intervenções artísticas e audiovisuais, baseado no tema: "Como seu modo de vestir pode servir como artifício de resistência?"

- **Aulas de Yoga:**

Realizada em parceria com profissionais da área de cuidado ao corpo, essa atividade proporciona uma integração maior com moradores do sítio histórico e de outros bairros do município de Olinda que (re)descobrem no CCLF um local para atividades não só educativas, formativas e culturais, mas também de cuidados com a saúde.

- **Confecção de Rabecas:**

Desde 2011, instalou-se no espaço do Centro a Oficina da Rabeca de Olinda. Dando continuidade a essa experiência, em 2019, o jovem mestre rabequeiro Valério Bizunga seguiu realizando esse resgate da cultura da criação deste instrumento tão significativo para a cultura popular, num espaço físico antes subutilizado no quintal do Centro. O espaço recebe visitas de músicos, musicistas e artistas da cultura popular e serve de espaço para a produção de rabeca e outros instrumentos musicais.

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para o desenvolvimento das atividades, sejam institucionais ou em parceria com outros atores, a sede do Centro de Cultura Luiz Freire conta com uma área-meio e uma infraestrutura montada. Nos últimos anos, tivemos enxugamento em todas as áreas, inclusive na área administrativa e financeira, o que requis redistribuição de tarefas, otimização de funções e readequação da carga horária da instituição que por questões de redução de custos, concentra atualmente suas atividades no horário das 13h às 19h.

A regularização contábil permitiu que a instituição investisse em auditoria interna visando respaldar o trabalho feito ao longo dos últimos anos com apoio do Projeto Institucional e apontar se esse percurso feito até aqui está no caminho correto e onde podemos e devemos melhorar. O estabelecimento de parceria com Faculdades e Universidades para estágios nas áreas de comunicação e de biblioteconomia, como já descrito anteriormente também possibilitou o recebimento de uma estagiária na área de Ciências Contábeis no setor contábil/financeiro que ao final do período de estágio foi incorporada à equipe institucional.

4.1 MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS / PARCERIAS

Na busca de alternativas de sustentabilidade, mesmo que parcial, o CCLF vem implementando atividades que visam garantir recursos que nos garantam arcar com alguns custos fixos da instituição, pois estes muitas vezes não são custeados pelos financiadores, a exemplo de alguns itens de manutenção da sede. Essas atividades vêm sendo realizadas muitas vezes em parceria com outros coletivos, grupos e/ou artistas locais, no sentido de cessão de espaços para a realização de cursos, oficinas, eventos culturais e também a acomodação de miniestruturas de parceiros dentro da sede, a exemplo do ateliê de confecção de rabecas, grupo de teatro e profissionais da área de cuidados com o corpo e a mente (Yoga e Pilates) que utilizam salas da instituição para desenvolvimento de suas atividades, muitas vezes abertas à comunidade local e, nesse sentido, deixam um percentual para as despesas de manutenção (água, energia elétrica, material de limpeza).

Na estruturação de recursos para as atividades-fins também se busca estruturar a área meio institucional, a exemplo do Projeto em curso junto ao Fundo Malala que prevê recursos para custeio de internet e um profissional da área de contabilidade e do Programa Direito à Leitura que vem desenvolvendo estratégias a fim de sustentarem as ações do Programa,

tais como: mobilização de Recursos via o aluguel do salão da instituição para encontros de formação aos voluntários do Banco Itaú Social; realização de consultorias para garantir os honorários para a atuação das duas profissionais do Programa.

Na prática, temos três dinâmicas, ou dimensões, de acolhimento de grupos em nossos trabalhos: os permanentes (com os quais em geral iniciamos ou retomamos o acolhimento por oportunidade de projetos que desenvolvemos, mas que os vínculos conosco não se perdem após a conclusão das atividades); pontuais (grupos que participam de atividades específicas, por exemplo, encontros temáticos, seminários, oficinas/cursos que oferecemos, como também participantes de reuniões de articulação para alguma ação objetiva e datada (embora com desdobramentos): audiências públicas, atos políticos como uma passeata, um protesto etc., sendo estes acolhimentos mais caracterizados por cedermos a casa para reuniões, das quais participamos pela convocação de outros grupos organizadores desses atos; e os grupos que podemos chamar de rotativos, que são acolhimentos por solicitação de ocupação de dependências da casa para desenvolverem trabalhos que estão conectados com nossa missão, nossos princípios institucionais e áreas de atuação.

Esses grupos são, em geral, iniciativas de artistas que oferecem cursos, ou usam os espaços para montagem de espetáculos, ou montam ateliers para confecção de peças artísticas e artesanais etc. Nos grupos que podemos chamar de rotativos são o público mais difuso, que ocupam os espaços do Centro mediante o pagamento de pequenas taxas para manutenção dos próprios espaços, a exemplo de produtores/as culturais para realização de festas, shows, até cerimônias como casamentos de pessoas que construíram desde crianças ou adolescentes uma relação afetiva com a casa e desejam viver esses seus momentos nos quintais do Centro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura demonstra que a superação da realidade brasileira de extrema desigualdade só é possível com a radicalização da democracia e defesa e garantia dos direitos humanos. Por outro lado, tal contexto deveria apontar – em teoria – para o crescimento das ONGs de direitos, como alternativa política além das instituições partidárias, desacreditadas por grande parte da população. Infelizmente, tal quadro permanece nebuloso para o Terceiro Setor com potencial favorecimento de perspectivas pessimistas,

visto a evidente ausência de bases para uma cultura política democrática no País. Isso, porém, apenas nos dá uma melhor noção dos desafios a serem enfrentados. Pois, o que o histórico de uma organização reconhecida por seu papel na formação política da população local como o CCLF ensina é que a luta não é uma opção no Brasil.

A busca pela sustentabilidade financeira através de processos independentes e autônomos de mobilização de recursos para uma organização de direito na realidade brasileira somente é superada pela nossa vontade de contribuir, por mais 45 anos, para a transformação dessa realidade. Mesmo com uma equipe bastante reduzida em fase dos novos tempos, com o último apoio institucional, o CCLF buscou intensificar a incidência do CCLF e o (re)conhecimento do seu histórico e ações por mais e mais pessoas – sendo encarado como um exemplo de resistência por muitos que o conhecem. É certo que contamos hoje com uma rede mais ampla de apoio e adesão às pautas que defendemos e o potencial agregado por produtos que estão por ser concluídos ou foram completados recentemente – como é o caso da publicação sobre nossos 45 anos de história e os sites recém-reformulados. Como um dos maiores aprendizados desta experiência, encontra-se a compreensão da capacidade de resiliência das associações que lutam por uma verdadeira democracia em nosso país.

Em abordagens iniciais a possíveis novos financiadores e no intercâmbio com outras entidades da sociedade civil, é evidente o interesse despertado por uma instituição cuja história é tão rica e funde-se – em muitos momentos – com a da própria luta por democracia no país. O Centro de Cultura Luiz Freire possui um raro acúmulo de experiências em incidência social, o que realça uma representação viva que muitos têm da entidade: "escola de formação política da sociedade". A valorização da transversalidade, interdependência entre as áreas dos direitos humanos e o diálogo com setores bem diversos da sociedade – características do fazer político do CCLF – também abrem portas para a elaboração de propostas inovadoras para a incidência, local e nacionalmente, que ainda têm muito a contribuir para a retomada da consolidação da democracia brasileira em um momento de crise. Embora lidemos com perspectivas ainda indefinidas, sustentamos a certeza do lema da nossa campanha institucional: na luta por direitos, a existência é resistência.

Olinda - PE, dezembro de 2019